



Opinião Econômica

Cecília Machado

Economista, professora da EPGE
(Escola Brasileira de Economia e
Finanças) da FGV



Medidas para conter a inflação de alimentos são eficazes?

Desoneração seletiva prejudica transição para um regime tributário mais justo

Economista-chefe do Banco BoCom BBM, é doutora em economia pela Universidade Columbia

Nos últimos 12 meses, a inflação da alimentação no domicílio foi de 7,2%, bem acima da inflação ao consumidor, de 5% no mesmo período. Sendo item de consumo básico, é perceptível por toda a população e reduz o poder de compra das famílias, especialmente as mais pobres.

Esse é o pano de fundo que fez o governo retomar a discussão sobre os preços dos alimentos, anunciando um conjunto de medidas para conter sua inflação. Entre elas está a redução da alíquota de importação sobre alguns produtos. Também está em discussão uma possível negociação para que os estados zerem a cobran-

ça de ICMS sobre os itens da cesta básica.

Ainda que uma redução de impostos possa trazer algum alívio para a inflação a curto prazo, ele é um instrumento pouco eficaz para conter a alta de preço da comida. Afinal, o preço dos alimentos flutua por inúmeras outras razões que estão fora do controle do governo, como condições climáticas, câmbio e preços de produtos que são negociados no mercado internacional (commodities).

Além disso, as implicações das desonerações de imposto não se limitam aos seus impactos sobre preços, já que uma renúncia de impostos também reduz a arrecadação, deteriorando o resultado fiscal e a trajetória da dívida.

E mesmo que a desoneração

estivesse sendo pensada como instrumento de política pública, que tem sua implementação voltada para a população pobre e para a redução das desigualdades, esse seria um direcionamento de alto custo e baixo retorno. Por mais que os alimentos ocupem parte substancial do orçamento das famílias de baixa renda, uma desoneração ampla beneficia inclusive os mais ricos, que também consomem alimentos. Nesse sentido, programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, funcionam melhor para endereçar a vulnerabilidade alimentar dos pobres.

Apesar de existirem poucos argumentos favoráveis ao uso das desonerações para controlar a inflação, ou então para aliviar a perda do poder de compra das famí-

lias de baixa renda, seu uso vem se dando de forma recorrente no passado recente. Vale lembrar que, em 2022, a preocupação girava em torno da inflação de combustíveis, puxada pelo preço do petróleo, que escalou com o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

Naquele ano, o governo zerou tributos federais sobre gasolina, etanol e diesel e aprovou um teto para o ICMS cobrado pelos estados. As renúncias, em termos de impostos, foram enormes. Apenas no caso do ICMS, a União precisou repassar R\$ 27 bilhões aos estados para compensar as perdas com a redução da alíquota. No caso dos impostos federais, as estimativas da renúncia fiscal chegaram a R\$ 50 bilhões ao ano. A reoneração, que se iniciou de forma parcial em

2023, mas que foi concluída apenas em 2024, deixa evidente que o custo político de desfazer tais medidas é alto.

Talvez mais importante agora seja o fato de a nova reforma tributária colocar limites para os tributos serem utilizados como instrumento de política pública. Introduzir desonerações de forma seletiva vai na contramão de uma reforma que visa promover simplicidade e previsibilidade. E, sob o regime dual, é importante garantir que os estados mantenham a prerrogativa de definir suas próprias alíquotas.

Utilizar medidas tributárias para o controle da inflação, além de ser pouco eficaz, prejudica a transição para um regime tributário melhor e mais justo.

Abre tua Conta Digital pelo app e arrasa



- Sem mensalidade
- Sem comprovantes
- Com Cartão de Crédito*

Baixa o app:



banrisul

*Sujeito à análise de crédito.

Nova gestão do Setcergs é empossada em Porto Alegre

/ ENTIDADE

Amanda Flora

amandaf@jcrs.com.br

A nova diretoria do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga e Logística no Rio Grande do Sul (Setcergs) tomou posse ontem à noite, em solenidade na Capital. A cerimônia aconteceu na sede da instituição e contou com a presença de associados, autoridades e empresários do setor de carga e logística. A posse formaliza o início do trabalho da nova gestão, que já atua desde o dia 1º de janeiro.

O novo presidente da entidade é Delmar Albarello, da Troca Logística. Segundo o empresário, a atual gestão iniciou com uma reformulação do estatuto, tornando-o mais moderno e profissional. “A expectativa é que a nova diretoria dê continuidade ao trabalho realizado pela gestão anterior, mas também emplaque projetos que superem as extremas dificuldades que o setor enfrenta no Brasil e no Rio Grande do Sul”, afirma Albarello.



WILLIAM CARDOSO / DIVULGAÇÃO / JC

Delmar Albarello estará no comando do Sindicato até o final de 2026

Entre as mudanças do estatuto está a diminuição de integrantes da diretoria eleitos – agora a entidade conta com um presidente, um vice-presidente e cinco superintendentes – e a criação de um conselho consultivo com representantes de diversos setores da economia.

Eleita em chapa única, a nova gestão seguirá por dois anos de mandato, com encerramento previsto para o final de 2026. Quando questionado sobre os desafios da área, Albarello citou a questão trabalhista. “Nosso setor está sen-

do afetado por causas trabalhistas gigantescas, que têm prejudicado muito quem trabalha na área. Outra questão é a lei das 11h”, afirma, referindo-se à legislação que regula o intervalo mínimo de descanso entre as jornadas.

Para os associados, o recado da nova diretoria é direto. “O setor pode esperar empenho, trabalho conjunto, simplicidade e entrega de resultados. Convocamos a todos para fazerem a sua parte, nos ajudando na união entre o nosso setor e os outros da economia.”

Empresários e trabalhadoras do comércio iniciam negociação coletiva

Maria Amélia Vargas

mavargas@jcrs.com.br

Com base no desempenho do comércio varejista gaúcho, que atingiu em 2024 um crescimento real de 8,4% no volume de vendas acumulado (IBGE), representantes da Federação dos Comerciantes do Rio Grande do Sul (Fecosul) e da Fecomércio realizaram a primeira reunião de negociação do ano. O encontro ocorreu na terça-feira, na sede da Fecomércio, em Porto Alegre.

Entre as reivindicações da categoria estão reajuste salarial de 10% (com igualdade de gêneros), valorização dos direitos da Convenção Coletiva de Trabalho; aumento do piso para R\$ 2,5 mil; implementação da escala 5x2 e fim da escala 6x1; licença maternidade de 180 dias e paternidade de 20 dias; fim do trabalho intermitente; além da solicitação de novos benefícios (como auxílio-estudante, vale-refeição e trans-

porte gratuito).

Na avaliação do presidente da Fecosul RS, Guiomar Vidor, os tópicos elencados podem ajudar na dificuldade de contratação de mão de obra para o setor. “Diante dos números positivos, entendemos que está na hora de haver uma valorização para a categoria, mesmo porque o setor do comércio está encontrando grandes dificuldades para contratar mão de obra. Os trabalhadores não estão querendo mais comércio por conta dos baixos salários, das altas jornadas, do trabalho aos domingos e feriados, da escala 6 por 1.”

Outro argumento usado pela instituição trabalhista é o fato de o País passar por um bom momento em relação à empregabilidade. Consultada pela reportagem do Jornal do Comércio, a Fecomércio informou que ainda está analisado as propostas. De acordo com a Fecosul, há previsão de nova reunião para daqui a duas semanas.